

HARDT, MICHAEL; NEGRI, ANTONIO.
DECLARAÇÃO: ISTO NÃO É UM MANIFESTO.
TRAD. CARLOS SZLAK. SÃO PAULO: N-1, 2014.

Jéssica Cássia Barbosa

Mestra em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Natal, v. 21, n. 36
Jul.-Dez. 2014, p. 327-333

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



Apesar de seu título original ser simplesmente *Declaration*, a frase “Isto não é um manifesto” inaugura o livro de Antonio Negri e Michael Hardt passando a compor seu título na edição brasileira. Se no original a frase não compõe o título da obra, ela vem enunciada em seguida para informar a forma de sua declaração.

Declaração: isto não é um manifesto, enuncia assim, sem espera, o que os autores não pretendem fazer, e o que, possivelmente, não querem ser:

intelectuais que escrevem um livro enquanto diretriz, porta-voz para a forma de estatuto ou revolução que enuncia o que deve tomar parte no social. Também não pretendem se apresentar como intelectuais que representam a vanguarda do movimento revolucionário, ou o profeta, que pelo poder de suas visões, cria seu próprio povo.

Afirmações como essas são aparentemente simples para a densidade das proposições que Michael Hardt e Antonio Negri trazem e nos propõem pensar na presente obra.

Como organizar-se contra as formas de aprisionamento da vida? Como devem comportar-se as rebeliões? Como podemos constituir as forças de resistências necessárias? “Como as pessoas poderiam se associar intimamente em torno do comum e participar diretamente da tomada de decisões?”. Como elas poderiam se tornar governantes do comum de uma maneira que reivindicassem e concretizassem a democracia? Para tanto, afirmam os autores, ninguém deve prantear as formas de planejamento do passado, nem mesmo procurar ressuscitá-las. “Esta é a tarefa de um processo constituinte” (p. 65), isto é, um processo por fazer, por ser criado.

Hardt e Negri não pretendem dar as diretrizes para assegurar o caminho rumo a nova constituinte. Eles parecem fornecer a sua *declaração*, com a certeza de que algo está tomando lugar no contexto político mundial, isto é, algo novo pede passagem, quando as velhas armas já não funcionam e não respondem às novas forças do desejo e das subjetividades. Fornecem a sua declaração com o fim, quem sabe, de que o livro venha a servir como corpos entre corpos, afetos entre afetos, para acampados, manifestantes e rebeldes que insurgem enraizados aos contextos singulares de onde aparecem, mas que se somam, ou se aglomeram num cenário mundial¹.

Um corpo entre outros capaz de compor-se no processo de produção das novas subjetividades constituídas segundo a experiência dos movimentos, já que, “discutir, aprender, ensinar, estudar, comunicar-se e participar das ações: essas são algumas formas de ativismo, constituindo o eixo central da produção de subjetividades” (p. 95). Para Negri e Hardt, essas atividades tornam-se armas essencialmente políticas, como formas de resistência, de novas armas de luta, através das quais uma nova forma de ação política toma lugar, segundo relações democráticas que devem necessariamente da experimentação. É preciso estar preparado para o acontecimento, dizem os autores, e para tanto a experimentação dessas novas armas de luta enquanto forças da inteligência, dos afectos, do pensamento e da criatividade, tornam-se fundamentais. Damo-nos conta, nesse momento, de que não precisamos de especialistas ou grandes homens políticos e magnatas para que tomem decisões por nós. Negri e Hardt apostam na educação, na forma de um resumo todas aquelas

¹ Para constar, as manifestações que começaram no início do ano de 2011 e nas quais os autores se baseiam, citando em seu livro, dentre outras: Occupy Wall Street, em New York; a revolta popular exigindo “Ben Ali, dégage!” (“Fora Ben Ali!”), na Tunísia; no Egito, milhares saíram às ruas exigindo a renúncia de Hosni Mubarak; os protestos contra os regimes repressivos no Norte da África e no Oriente Médio, incluindo Bahrein e Iêmen e, pouco depois, Líbia e Síria; as ocupações das praças centrais de Madri e Barcelona pelo *indignados*.

capacidades acima relacionados, pela(s) qual(is) tornar-nos-íamos especialistas em termos de nossos mundos natural, social e econômico, isto é, em termos do *comum*; somos plenamente capazes de tomarmos decisões inteligentes e informadas.

Hardt e Negri apostam na sabedoria dos movimentos em constituírem-se como resistências e rebeliões necessárias e, ao mesmo tempo, lugares especiais onde se experimenta as novas formas de gestão do comum que teriam lugar às formas do *Ancien Régime*, isto é, as formas de representação que, cada vez mais, mostram a sua face caduca no que diz respeito a serem meios eficazes de participação e acesso de todos ao comum.

Para os autores, “a representação, mesmo quando eficaz, bloqueia a democracia, em vez de fomentá-la” (p. 45), na medida em que se traduz como “vontade geral”, isto é, aqueles previamente selecionados por todos que não respondem a “vontade de todos”, pois, verdadeiramente, não correspondem a ninguém. O paradoxo da representação é completo, e só se agrava pelo motivo de que os sistemas de representação foram construídos sobre o nível nacional, e a emergência de uma estrutura de poder global solapa-os drasticamente. Segundo os autores, enquanto nas profundezas da crise social e econômica contemporânea, o senso comum pareceu impor que confiássemos nas decisões dos poderes dominantes, pois não tínhamos escolha, um novo senso comum foi alcançado pelas diversas lutas sociais a partir do ano de 2011, o qual abriu e constituiu novas perspectivas de debate e ação política.

Para além da vontade geral como sendo a vontade das pessoas como um todo, os autores insistem na vontade de todos como a capacidade de decidir e administrar o comum, em comum. “Tornar-se comum é uma atividade contínua, orientada pela razão, vontade e desejo da multidão, que deve passar por uma educação de seu conhecimento e afetos políticos” (p. 100).

Segundo os autores a crise surge num contexto do triunfo mundial do neoliberalismo. Aqui eles denunciam uma espécie de “impura mistura ou impuro lado a lado”, diria Nietzsche, entre as formas de democracias contemporaneamente com os axiomas do

capital, todas servindo como modelos de realização e investimento do capital, em que as forças do capital dão as diretrizes e comandam os investimentos mundialmente. “Os acordos políticos são fechados e os contratos comerciais são firmados e garantidos no interior das estruturas de governança global, fora de qualquer capacidade representativa dos Estados-nação” (p. 44).

Segundo os autores o triunfo do neoliberalismo não só mudou os termos da vida econômica e política, mas operaram uma transformação social e antropológica, fazendo emergir novas figuras de subjetividade, que se caracterizam por subjetividades empobrecidas e paralizantes. Assim as resumem inicialmente:

A hegemonia das finanças e dos bancos produziram o *endividado*, o controle das informações e das redes de comunicação criaram o *mediatizado*. O regime de segurança e o estado generalizado de exceção construíram a figura oprimida pelo medo e sequiosa de proteção: o *securitizado*. E a corrupção da democracia forjou um figura estranha, despolitizada: o *representado* (p. 21).

Para Negri e Hardt, essas figuras subjetivas são o terreno sobre as quais e contra as quais os movimentos de resistência e rebelião não só devem agir, mas já mostram toda a capacidade de recusá-las e de criar novos tipos de subjetividades que surgiriam como focos de resistência e criação.

Partindo das experiências dos vários movimentos que têm lugar mundialmente, ou a partir dos “princípios e verdades construídos pelos movimentos” (p. 120), os autores formulam uma análise precisa que serviria à instituição de um novo processo constituinte do comum, ou simplesmente, de uma democracia participativa do comum. Essa análise traduz-se nos seguintes procedimentos da rebelião contra a crise: a) “reverta a dívida”: recusar a dívida com a finalidade de destruir o poder do dinheiro e substituir as obrigações financeiras por obrigações sociais; b) “produza a verdade”: os acampamentos, segundo os autores, parecem ter redescoberto essa verdade da comunicação, é preciso produzir novas verdades, por meio de singularidades conectadas em rede, contra o imperialismo das informações mediáticas; c) “liberte-se”:

“o poder não é capaz de sobreviver quando seus sujeitos se libertam do medo” (p. 63), é preciso buscar uma fuga, ser invisível; d) e por último, “constitua-se”: “*Que se vayan todos!*”, recusar a representação e reinventar e concretizar a democracia, tornar-se governante do comum. “Talvez o fato mais importante: a multidão, por meio de suas lógicas e práticas, de seus slogans e desejos, declara um novo conjunto de princípios e verdades” (p. 9). Declara, ao mesmo tempo, a falência dos manifestos e dos profetas.

Constantemente, Negri e Hardt falam de como muitos que não integram as lutas têm dificuldades em entender suas demandas, suas propriedades, e as conexões que cada movimento singular tem entre si. Diríamos que os autores expressam a grandeza das experiências desses movimentos quando afirmam a sabedoria do corpo, em que o estar junto, corpo a corpo, traduz-se numa valorosa experiência de produção de novos afetos políticos e de desenvolvimento e experimentações de novas formas democráticas de decisão, de maneira a dar lugar, cada vez mais amplamente, ao que chamam a ontologia plural da política, isto é, a tolerância de todos participarem como *diferentes* no cenário político. A maioria passa a ser não um consenso ou um corpo homogêneo, mas sim uma concatenação de diferenças, pois apesar de as estratégias e os objetivos das lutas serem diversos, são capazes de se conectar formando um projeto plural e compartilhado. De modo que “a singularidade de cada luta promove, em vez de impedir, a criação de um terreno comum” (p. 93).

Assim, os autores apostam nas formas de organização que disseminem os circuitos da decisão política democrática, que se ampliam em rede, como uma espécie de sistema viral transmitido, contagiando e disseminando-se por afetos e comunicação horizontal. O que chamam “o homem do comum”, é o qualquer um, um homem comum, no sentido, sobretudo, de que trabalham no comum e, por isso, estará preparado para o advento do acontecimento. “A tarefa paradoxal de se preparar para um acontecimento imprevisto pode ser a melhor maneira de entender o trabalho e as realizações do ciclo de lutas de 2011” (p. 138). O

homem do comum prepara o terreno que não consegue prever ou diagnosticar. Os princípios de acesso ao comum, liberdade, igualdade, sustentabilidade, podem criar o andaime para que, no caso de uma ruptura, uma nova sociedade possa ser construída. Pois, tal como afirmam Negri e Hardt, a rebelião e a revolta ativam não somente um processo de recusa, mas também um processo criativo. “O homem do comum é um participante constituinte; a subjetividade que é fundamental e necessária para a constituição de uma sociedade democrática baseada no compartilhamento aberto do comum” (p. 141).

Em poucas palavras, no presente livro Negri e Hardt insistem em afirmar a necessidade da constituição de uma verdadeira democracia como o governo de todos por todos, em detrimento das empobrecidas e despotencializadoras democracias representativas que reproduzem mundialmente uma miséria vital.

Resenha recebida em 13/12/2014, aprovada em 5/03/2015